

/ PALAVRA DO LEITOR

Reportagem Cultural

Clarissa Ferreira projeta a voz para externar suas ideias. Não está naquele lugar onde se acostumou a localizar as mulheres gaúchas: encantando ou adornando. A cancionista, violinista e pesquisadora Clarissa Ferreira projeta-se hoje com protagonismo na cena cultural gaúcha (Reportagem Cultural, caderno Viver, JC, 21/06/2024). Clarissa é um oásis no pensamento do gauchismo. Estou lendo o livro dela e acompanho a carreira musical. É muito importante para nós mulheres referências como a Clarissa. Nasci e passei parte da minha adolescência na mesma cidade natal dela. Tenho minhas raízes no Pampa, mas não naquele idealizado e apropriado pelo patriarcado. A obra da Clarissa nos devolve outras percepções do ser gaúcha em meio à fragilidade do conservadorismo. *(Adriana Quadros)*



Reportagem Cultural II

Ótima matéria! Sou muito fã da Clarissa, tanto da sua música quanto da sua pesquisa. Uma obra muito relevante e necessária no contexto histórico, social e político atual, para qualquer pessoa que se interesse em conhecer mais a fundo a rica cultura do Rio Grande do Sul. Sucesso, Clarissa! *(Júlia Provenzi)*

Reportagem Cultural III

Uma mulher gaúcha usando da história, das tradições e da música gauchesca para falar e evocar o espaço e o papel da mulher. E questionar aqueles que têm “amor à terra só na canção” ... Isso é revolução. *(Luyra Dutra)*

Dragagem do Guaíba

Avaliar a possibilidade de obras que amenizem o “estrangulamento” descoberto nas cheias de maio no encontro entre o Rio Jacuí e o Guaíba está entre as missões dos pesquisadores da Ufrgs que fazem parte do Programa de Gestão Ambiental do Porto de Porto Alegre em parceria com a Portos RS (JC, 24/06/2024). Também plantar árvores e recuperar com mata ciliar a beira dos rios e retirar habitações e aterros, além disso, multar quem joga lixo nos rios e áreas verdes e quem invade áreas pantanosas e morros, para todas classes sociais. Também investigar Smam e Fepam em liberar habitações em áreas de risco. *(Claudia Franceschini)*

Guaíba II

Em Araranguá/SC, tem um rio de mesmo nome que tem 18 metros de profundidade, e a cidade foi construída em volta deste rio. *(Wilbur Marques)*

Guaíba III

É urgente a necessidade de limpar e dragar os rios, bem como as demais ações de plantio de árvores, criar barreiras nas encostas da serra para reduzir a velocidade das águas, elevar casas de bombas... e por aí vai. *(Carlos Henrique Goetz)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Resiliência a eventos extremos no RS

Carlos E. M. Tucci

Na enchente de abril-maio de 2024 no Rio Grande do Sul, observou-se uma lição da população na capacidade de resistência a adversidade, voluntariado e de contribuição. Em 2023 - 2024 foi um ano de várias inundações, mostrando a grande vulnerabilidade econômica e social do Estado a estes eventos. Mesmo não considerando esta última enchente, o RS é o Estado que mais sofre impactos econômicos de desastres naturais no País, onde a seca tem um peso relevante.

Em 1941, logo após a famosa enchente, o RS sofreu com 10 anos consecutivos de seca (1942-1951), sendo 1946 o pior ano. Neste período provavelmente iniciou o deslocamento dos gaúchos para outras regiões do Brasil. Uma parte do Estado possui solo rochoso, com pequena profundidade e com vazões de estiagem muito baixas. No Centro-Oeste, a vazão de seca é da ordem de 2,2 vezes maior que o Planalto do RS, mesmo tendo todos os anos seis meses sem chuva.

Frente a repetição de um outro grande evento crítico de enchentes e tendo a perspectiva de retornarem as secas (recentemente, em média a cada cinco anos), é necessário que o Estado busque desenvolver uma estratégia de medidas de resiliência para diminuir a vulnerabilidade da sociedade e da economia do Estado a estes eventos.

Não é o momento de mudar de Estado, mas de mudar de atitude com relação às condições climáticas e aos desastres devido a eventos extre-

mos. Para minimizar as enchentes deve-se recuperar e modernizar as estruturas de proteção e dar manutenção devida, evitar fazer campanha para retirá-las, construir as estruturas projetadas e viáveis, buscar sustentabilidade no espaço das cidades com risco de inundação e ter sistemas de alerta confiáveis que informam as áreas que podem inundar.

No âmbito das secas é necessário rever as estruturas de reserva, pois tudo que está dimensionado com dados depois de 1950, está subdimensionado, mas deve-se buscar um conjunto de medidas de resiliência, principalmente para agricultura de sequeiro, visando minimizar os impactos econômicos dos anos de seca que frequentemente ocorrem.

O planejamento destas ações com medidas inovadoras, pelo conjunto da sociedade pública e privada, pode mostrar que antes de lamentar pelas nossas adversidades, estamos nos fortalecendo com medidas preventivas e resilientes para nos tornar exemplos para o País na gestão de eventos extremos.

Diretor da Rhama-Analysis

Em 1941, após a famosa enchente, o Rio Grande do Sul sofreu com 10 anos consecutivos de seca

Riscos penais na administração de condomínio

Cezar A. Giacobbo de Lima

O último censo realizado no Brasil registrou um aumento de moradias em condomínios nas áreas urbanas dos municípios. Esse crescimento oferece novas oportunidades para empreendedores e também novos desafios para as administrações de condomínios. A gestão condominial, que engloba captação de recursos e administração de gastos, traz ao síndico uma maior responsabilidade sobre os seus atos, principalmente devido aos reflexos de suas ações na área penal.

É importante que o gestor e a administradora sejam claros na prestação de contas

Recentemente, temos visto muitos casos de síndicos e administradoras sendo alvos de investigações criminais pelo mau uso dos recursos do condomínio, refletindo inclusive na possibilidade de condenação com penas que podem variar de 2 a 8 anos de reclusão. Dentre as múltiplas condutas, a prática mais comum de infrações penais no âmbito condominial está relacionada tanto aos crimes de apropriação indébita - quando o gestor utiliza de recursos do condomí-

nio para uso próprio - quanto ao furto qualificado, na hipótese do síndico subtrair valores do condomínio para si ou para terceiros.

Outra ocorrência frequente está relacionada à falsidade ideológica ou uso de documentos falsos. É comum identificarmos prestações de contas com recibos apócrifos ou sem verificação de assinatura, cuja finalidade seja mascarar um gasto que, na verdade, não existiu. Essa manipulação na veracidade de documentos, com a finalidade de causar prejuízo aos condôminos, também pode configurar a prática de estelionato e deve ser objeto de investigação policial.

Para evitar esses incômodos na relação condominial, é importante que o gestor e a administradora sejam claros e transparentes na prestação de contas, com livre acesso aos documentos fiscais que justificam os pagamentos realizados com o fundo do condomínio. Além do mais, ações efetivas de fiscalização dos conselhos, bem como o acompanhamento de profissionais especializados, são ferramentas importantes para auxiliar os condôminos no controle dos recursos financeiros, pois a suspeita de desvio de qualquer valor deve ser objeto de ocorrência e investigação pela polícia para apurar a responsabilidade criminal do responsável pela conduta ilícita.

Advogado criminalista e professor da Ulbra